

MINIGUIA JEDUCA

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE COBERTURA



associação de jornalistas de educação

Novembro de 2022

Introdução	2
Histórico e legislação	4
A EPT de nível médio	6
A EPT de nível médio em números	9
Experiências nos estados	14
EPT no Brasil e o cenário internacional	15
O financiamento da EPT	16
A EPT de nível superior	17
Por que precisamos falar mais sobre a EPT?	19
Pautas e pontos de atenção para a cobertura	22
Sugestões de fontes	23
Referências bibliográficas	24

Introdução

A EPT (Educação Profissional e Tecnológica) é uma modalidade de ensino prevista na legislação educacional brasileira com o objetivo de oferecer uma formação integral e preparar o cidadão para ingressar no mundo do trabalho.

Ela é ofertada tanto na educação básica quanto na educação superior em diversos tipos e formatos: cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, pós-graduação, entre outros, que podem ser cursados ao longo da vida, à medida que a pessoa avança nos estudos e na vida profissional.

Na educação básica, a EPT pode ser encarada como um direito do estudante, já que a formação para o trabalho é uma das dimensões que devem ser desenvolvidas ao longo dos 12 anos de escolaridade obrigatória previstas pela legislação brasileira.

Na educação superior, a EPT consiste tanto em uma trajetória possível para os egressos do ensino médio (nos cursos tecnólogos, por exemplo) quanto em outros tipos de formação voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a atuação profissional.

Entre os desafios que se colocam para o Brasil no campo da educação na atualidade está ampliar o acesso à EPT, por ser uma modalidade capaz de oferecer ao jovem uma formação integral ao mesmo tempo que pode lhe propiciar uma trajetória de vida e no mundo do trabalho.

O PNE (Plano Nacional de Educação) prevê que o país deve triplicar as matrículas entre 2014 e 2024, chegando à faixa dos 5 milhões de alunos – meta que, já se sabe, não será atingida, visto que o Censo Escolar 2021 registrou menos de 1,9 milhão de matrículas, menos de 40% da meta.

Além disso, especialistas apontam que o país tem uma taxa baixa de matrículas na modalidade: a EPT corresponde, aproximadamente, a 20% do total de matrículas no ensino médio.

Na campanha eleitoral de 2022, o desafio de ampliar a oferta da educação profissional foi um dos poucos temas da área da educação que chegou a ser mencionado em programas de governo e em debates.

Um exemplo é uma [proposta defendida pelo deputado federal Reginaldo Lopes](#), que representou a campanha do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva no [6º Congresso Internacional de Jornalismo de Educação](#) da Jeduca, realizado em setembro: a criação de um sistema colaborativo envolvendo institutos federais, instituições de ensino superior

públicas e privadas, Sistema S e empresas com o objetivo de ampliar e diversificar a oferta de itinerários formativos aos alunos de ensino médio.

Essa ideia está relacionada à implementação do Novo Ensino Médio, iniciada em 2021, e à expectativa de aumento da oferta e das matrículas em EPT, pois este é um dos itinerários formativos do novo arranjo curricular. Outro aspecto que merece atenção é a situação da rede federal de ensino profissional e tecnológico, que vem sendo alvo de cortes orçamentários durante o atual governo e teve redução do número de matrículas nos últimos anos.

Com a eleição de Lula, em meio aos desafios atuais na área da educação - que abrangem desde os ônus da pandemia de covid-19 (por exemplo, a necessidade de recompor a aprendizagem) até a redução de recursos para o setor -, vale acompanhar qual será a configuração da EPT no novo ciclo, que se inicia em 1º de janeiro de 2023.

A ideia deste material é trazer subsídios para uma cobertura jornalística qualificada sobre o tema.

Histórico e legislação

A EPT foi institucionalizada no país com a [Lei 11.741/2008](#), que alterou a redação da [LDB](#) (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Antes disso, a legislação falava em educação profissional, entendida como desenvolvimento de “aptidões para a vida produtiva”:

A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. (LDB, Artigo 39, redação de 1996)

A partir de 2008, a denominação passa a ser EPT, propondo uma visão mais abrangente da relação da formação do estudante com o mundo do trabalho, pois prevê a oferta em “eixos tecnológicos” e “diferentes itinerários formativos”, além de explicitar sua vinculação com os “objetivos da educação nacional”:

A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Parágrafo 1º - Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. (LDB, Artigo 39, redação de 2008)

Ou seja, o conceito de EPT ultrapassa a visão instrumental da educação profissionalizante - uma ideia ainda disseminada na nossa sociedade -, e abre um leque de possibilidades de formação, tanto em articulação com o ensino regular, quanto como educação continuada, como detalha o Parágrafo 2 do Artigo 39 da LDB:

- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional.
- Educação profissional técnica de nível médio (cursos técnicos).
- Educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (cursos superiores de tecnologia).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, [Resolução 1/2021 do CNE](#) (Conselho Nacional de Educação), norma mais recente relativa à EPT:

A Educação Profissional e Tecnológica é modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes

níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes.
(Resolução 1/2021 do CNE, Artigo 2º)

O texto reforça a ideia de que a EPT é mais do que a oferta de “cursos profissionalizantes” voltados para o aprendizado de um ofício ou uma profissão, ao prever que a modalidade deve:

- Articular-se com o setor produtivo;
- Promover o desenvolvimento pleno da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;
- Estimular a adoção da pesquisa como princípio pedagógico;
- Adotar estratégias de ensino que permitam a contextualização, flexibilização e interdisciplinaridade, favorecendo, assim, a conexão entre teoria e prática, entre outras coisas.

A EPT no nível médio

Os cursos técnicos são, provavelmente, o tipo mais conhecido de formação em EPT de nível médio, embora não sejam a única formação de nível secundário prevista na legislação.

Desde 2008, existem quatro formas de articulação do ensino técnico com o ensino médio:

- **Integrada:** ensino médio e técnico em uma única matrícula na mesma escola.
- **Concomitante:** matrículas distintas para o ensino médio e técnico na mesma escola ou em instituições diferentes.
- **Concomitante intercomplementar:** matrículas distintas em escolas ou redes de ensino diferentes, com convênio ou acordo para execução do projeto pedagógico.
- **Subsequente:** matrícula após a conclusão do ensino médio.

Assim, existem, por exemplo, os cursos técnicos integrados ou concomitantes ao ensino médio regular, no qual o estudante obtém um diploma de técnico.

Como também existem cursos específicos, que habilitam para uma determinada função reconhecida na [CBO \(Classificação Brasileira de Ocupações\)](#), não necessariamente vinculados ao ensino médio regular.

Uma consulta aos catálogos de cursos oferecidos de um instituto federal ajuda a dimensionar essa diversidade de opções, como, por exemplo, o do [Instituto Federal do Piauí - Campus Teresina](#) ou do [Centro Paula Souza](#), de São Paulo.

No que diz respeito aos cursos técnicos, também existe uma grande variedade de opções em várias áreas. A principal fonte de referência sobre os cursos técnicos no Brasil é o [Catálogo Nacional de Cursos Técnicos](#) do MEC (Ministério da Educação).

A edição mais recente foi lançada em 2021 e compila mais de 200 cursos, classificados em 13 eixos temáticos. O documento descreve as características de cada curso (carga horária, infraestrutura mínima requerida, perfil profissional de conclusão, campo de atuação, entre outras).

Como se vê, não existe um único caminho ou percurso no atual formato da EPT previsto na legislação. Por isso, especialistas a definem como um percurso de educação ao longo da vida paralelo à trajetória profissional da pessoa ou em alinhamento com as novas dinâmicas do mercado de trabalho.

Um estudante de ensino médio pode, por exemplo, fazer um curso técnico e, depois de se formar, pode complementar a formação com cursos livres. Pessoas com ensino fundamental completo podem fazer cursos profissionalizantes em sua área de interesse e,

quando concluírem o ensino médio, podem obter uma certificação de técnico. Ou podem fazer um curso específico de formação inicial, continuada ou de qualificação. As possibilidades previstas na legislação são:

- **FIC** (Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional): carga horária de 160 a 400 horas.
- **Cursos técnicos articulados** (integrado, ou concomitante, ou concomitante intercomplementar): carga horária de 800, 1.000 ou 1.200 horas (20% da carga horária pode ser a distância).
- **Itinerário formativo** (módulo com terminalidade específica): 20% da carga horária do curso técnico e certificação intermediária.
- **Subsequente** (após o ensino médio): carga horária de 800, 1.000 ou 1.200 horas.
- **Educação a distância**: 50% presencial para a área da saúde e 20% para as demais áreas.
- **Especialização de nível médio**: 25% da carga horária de 800, 1.000 ou 1.200 horas.
- **Programa de Aprendizagem Profissional**: parte teórica (mínimo de 400 horas) + prática na empresa (mínimo de 800 horas).
- **Estágio**: pode integrar ou não a carga horária do curso técnico.

Existe também a possibilidade de integração da EPT com a EJA (Educação de Jovens e Adultos), a chamada Ejectec, para jovens de 18 anos ou mais.

A rede federal

Em 2008, além da Lei 11.741 que instituiu a EPT, foi criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica ([Lei 11.892/2008](#)), composta por um conjunto de instituições educacionais que oferecem formação de nível médio e superior, entre eles os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e as escolas técnicas ligadas às universidades federais, entre outras.

Os 38 institutos federais, localizados em todos os estados e no Distrito Federal, foram criados por meio da integração de unidades que já existiam - escolas técnicas, CEFETs (Centros Federais de Educação Tecnológica) etc..

O modelo dos institutos federais baseia-se em uma organização verticalizada que articula educação básica e superior, possibilitando o contato e as trocas entre estudantes e professores que atuam na educação básica e na educação superior.

Metade das vagas dos institutos são para cursos técnicos de nível médio - a maior parte delas em cursos integrados com o ensino médio básico. Essa característica é apontada como um dos diferenciais da formação oferecida pelos institutos federais.

A EPT no Novo Ensino Médio

Outro formato de oferta de EPT de nível médio foi instituído em 2017, com o [Novo Ensino Médio \(Lei 13.415/201\)](#): a EPT passou a ser um dos cinco itinerários formativos da parte optativa do currículo.

O currículo do Novo Ensino Médio tem uma parte geral (até 1.800 horas) e uma parte flexível (1.200 horas), composta por cinco itinerários formativos, vinculados às áreas de Linguagens, Ciências Humanas, Matemática, Ciências da Natureza e Formação Técnica Profissional.

Um dos debates em torno da EPT diz respeito a dois modelos de oferta que convivem no Brasil: dos institutos federais e o do itinerário Formação Técnica Profissional do Novo Ensino Médio.

De um lado, existem aqueles que defendem que a incorporação da EPT como um itinerário formativo pode contribuir para o aumento das matrículas, já que dentro do Novo Ensino Médio a EPT pode ser oferecida - algo considerado estratégico tanto para a promoção do desenvolvimento integral do jovem, quanto na perspectiva da promoção do desenvolvimento social e econômico do país.

De outro, os críticos enxergam o risco de precarização da formação, já que a legislação permite vários tipos de certificação sejam contadas como parte do itinerário formativo, além do curso técnico. Dependendo do arranjo curricular da rede de ensino ou da escola, parte da formação pode ser feita em EaD (Educação a Distância), atividades práticas realizadas em empresas ou organizações parceiras, cursos avulsos de qualificação profissional, entre outras possibilidades previstas nas [Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio](#) do CNE, publicadas em 2018.

A própria organização curricular do Novo Ensino Médio desperta críticas de setores do debate educacional que defendem o modelo dos institutos federais como referência para a educação profissionalizante. Na visão deles, nessas instituições existe uma articulação entre a formação geral e a formação profissionalizante.

Em contrapartida, os defensores do Novo Ensino Médio veem nesse arranjo curricular mais possibilidades para os jovens construírem uma trajetória educacional e formativa alinhada com suas demandas e necessidades, além de favorecer que a escola adote práticas e metodologias pedagógicas menos tradicionais.

Outras frentes de oferta: Sistema S, escolas estaduais, rede privada

Composto por nove instituições ligadas a setores da economia, o chamado Sistema S tem um papel importante na oferta de EPT. São entidades como o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio), entre outras que oferecem cursos livres de formação inicial, cursos técnicos, etc.

O Sistema S surgiu em 1942, com a criação do Senai pelo presidente Getúlio Vargas. O objetivo era qualificar a mão de obra operária, num contexto em que o país tentava avançar na industrialização.

Também existem, em várias partes do país, escolas voltadas para a formação profissional mantidas pelos governos estaduais ou prefeituras.

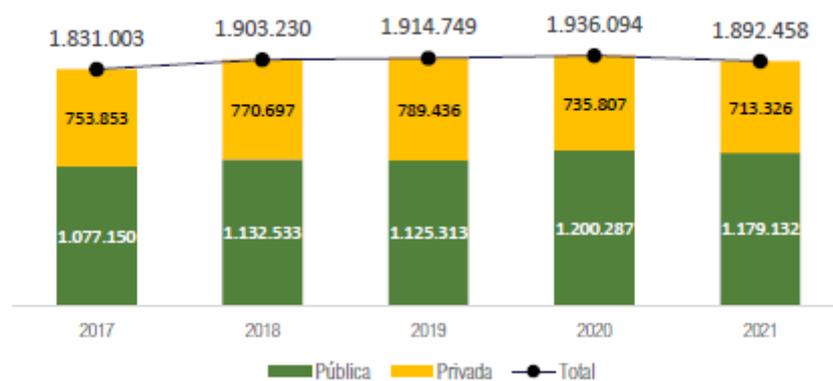
A EPT de nível médio em números

Matrículas

De acordo com o [Censo Escolar 2021](#) havia 1.892.458 matrículas na EPT de nível médio, considerando todos os tipos de formação.

A série histórica dos últimos cinco anos revela uma tendência de expansão lenta com oscilações para mais e para menos. Em 2017, eram 1.831.003 alunos. O pico, nesse período, ocorreu em 2020, 1.936.094 - número superior ao recorde de matrículas, registrado em 2014. No entanto, de 2020 para 2021, [as matrículas caíram 2,3%](#).

Evolução da matrícula na EPT, por rede de ensino, Brasil (2017 2021)

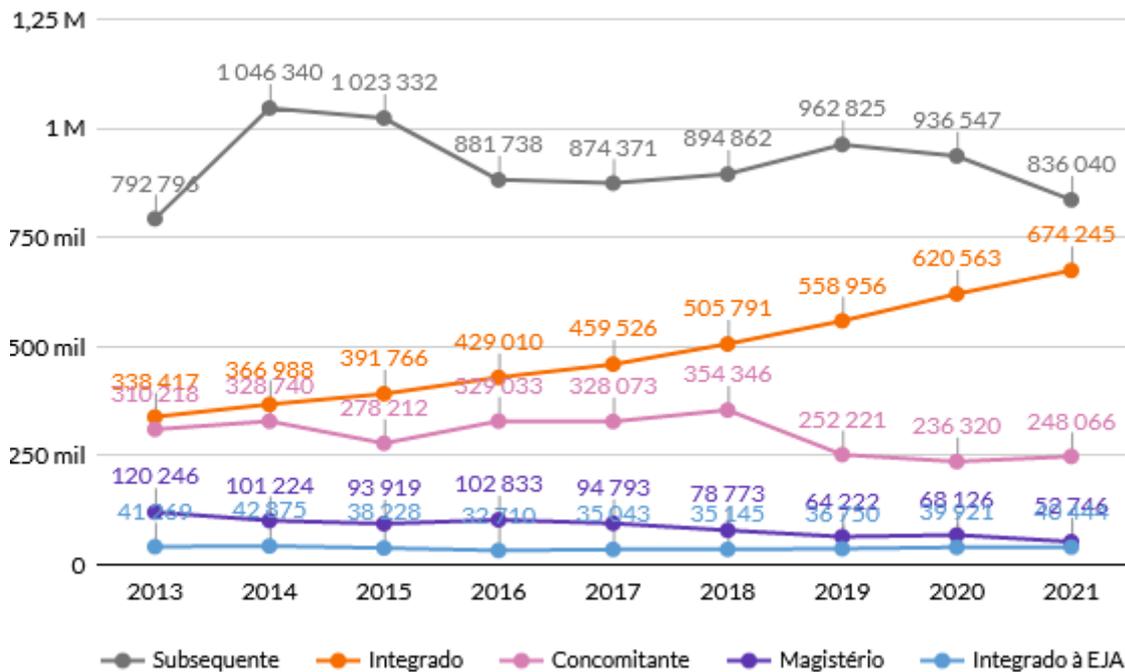


Fonte: Inep/MEC. Censo Escolar 2021.

Para entender o comportamento dos números, é importante analisar as matrículas por tipo de curso ofertado. Historicamente, a maior concentração de alunos de EPT é nos cursos subsequentes ao ensino médio. E é justamente aí que houve a maior redução de matrículas de 2020 para 2021: 10,7% (respectivamente, 936.547 e 836.040), segundo o Censo Escolar.

Em contrapartida, nos cursos técnicos integrados a tendência é de aumento ano a ano. De 2017 a 2021, o aumento foi de 31%, passando de 554.319 matrículas para 726.991. Só entre 2020 e 2021, o crescimento foi de 5,6%.

Série histórica da matrícula na EPT, por forma de oferta, Brasil (2013 a 2021)



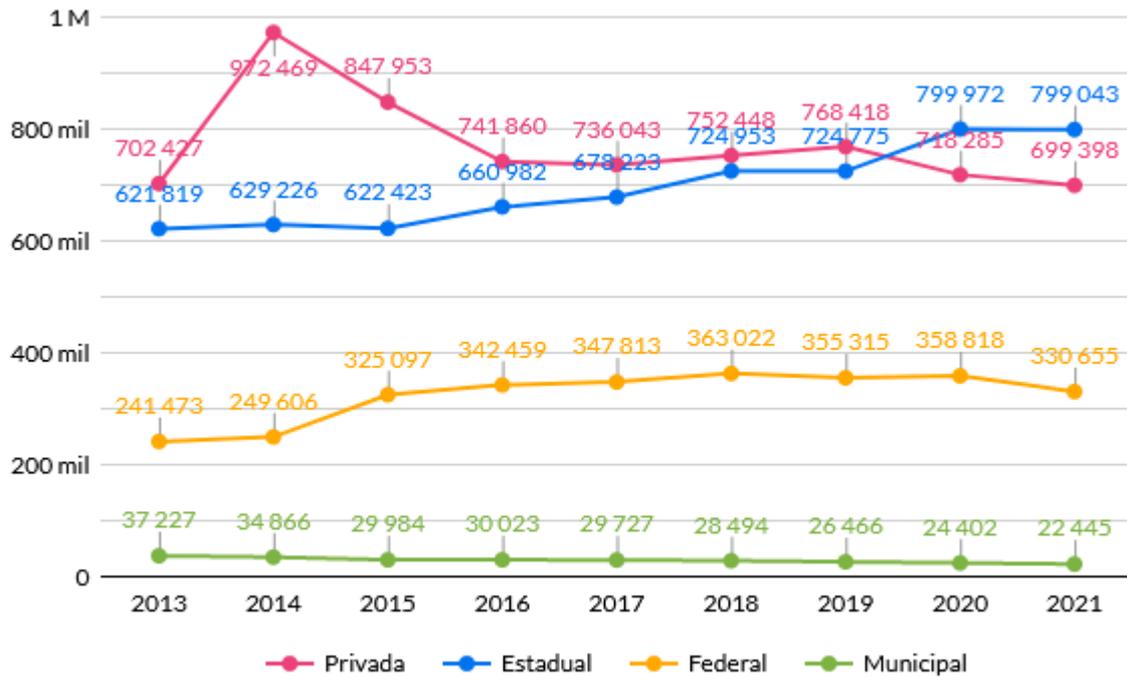
Fonte: IET. Observatório da EPT.

A [expansão dos cursos integrados](#), segundo o Observatório da EPT do Itaú Educação e Trabalho, está relacionada à ampliação das redes federal e das estaduais. A expansão dessas redes juntas chegou a 34,2% em 2021 na comparação com 2013 - sendo a maior porcentagem na rede federal, 48,6% ante a 28,7% nas estaduais.

Como essas taxas de crescimento são maiores do que a média do país nesse intervalo de tempo (18,6%), é possível dizer que a expansão da EPT no Brasil está sendo impulsionada pelo crescimento das redes federal e estaduais. Porém, como em números absolutos os cursos integrados têm menos alunos do que os subsequentes, o impacto geral acaba sendo limitado.

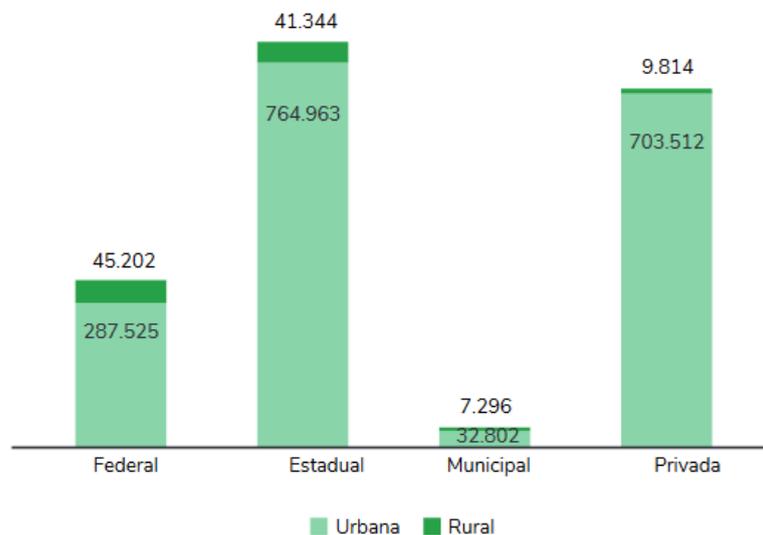
No caso da rede federal, é importante destacar que, além da ampliação das matrículas, o processo de interiorização dos institutos federais acabou levando a EPT para localidades onde não existia esse tipo de oferta. Em contrapartida, as redes estaduais concentram o maior número de matrículas em EPT de nível médio - 68,4% da rede pública e 42,6% no total.

Série histórica da matrículas na EPT, por rede ofertante, Brasil (2013 a 2021)



Fonte: IET. Observatório da EPT

Distribuição da matrícula em EPT, por dependência administrativa, Brasil (2021)



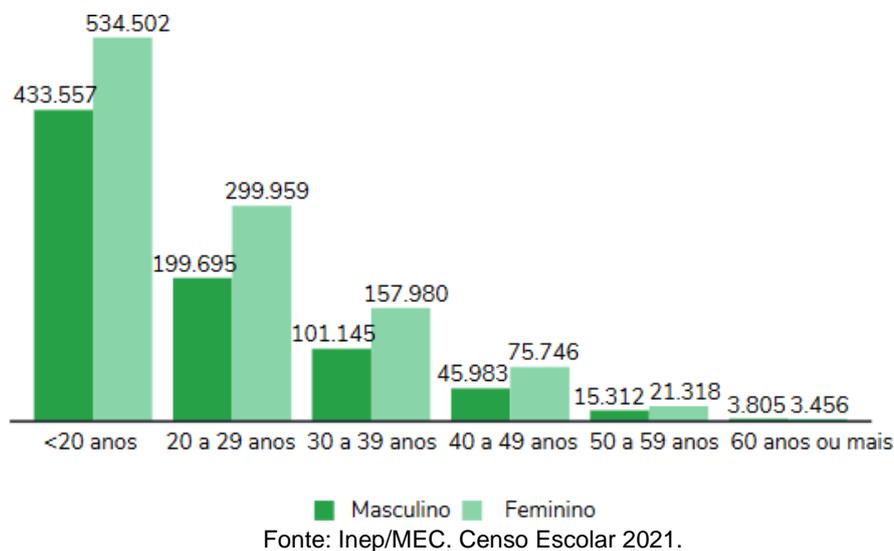
Fonte: Inep/MEC. Censo Escolar 2021.

Perfil do alunado

A maior parte dos estudantes têm até 30 anos (77,5% das matrículas).

As mulheres são a maior parcela do alunado em todas as faixas etárias - exceto na de 60 anos ou mais.

Matrícula na EPT, por faixa etária e sexo, Brasil (2021)

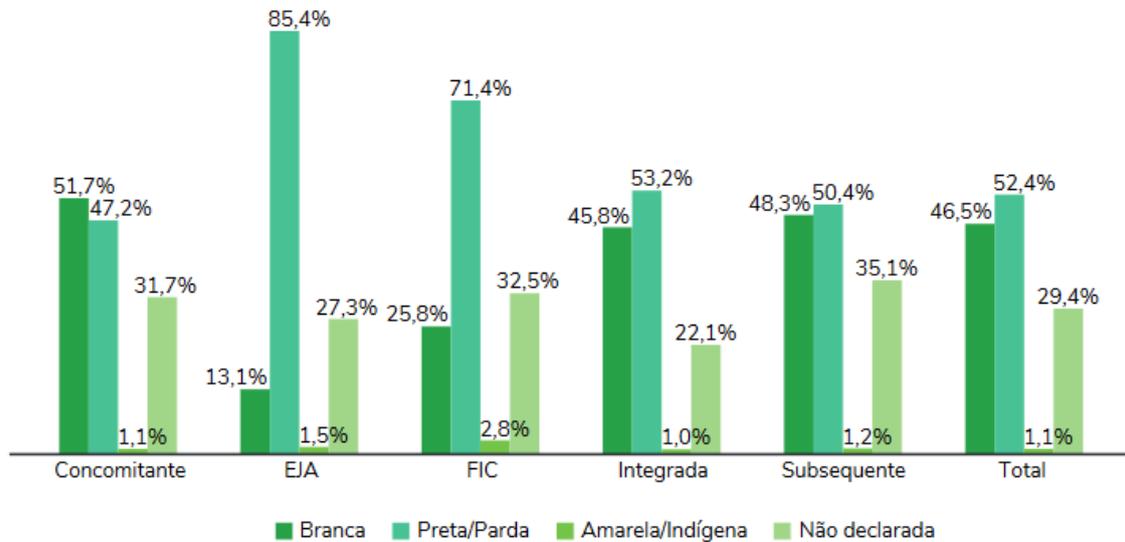


A maioria dos 1,3 milhão de alunos que declararam cor/raça é preta/parda. Os brancos são 46,5%. A análise por tipo de oferta mostra, porém, que a predominância de pretos/pardos acontece na EJA profissional (85,4%) e nos FIC (Formação Inicial ou Continuada), 71,4%.

Vale lembrar que os FIC são, na maior parte, cursos livres, que não exigem nenhum grau de escolaridade e são voltados para ocupações básicas.

Percebe-se então uma tendência de pretos/pardos se concentrarem em cursos que exigem menos qualificação, o que está associado aos diversos tipos de exclusão educacional a que esses grupos estão submetidos. Em contrapartida, vale ressaltar o papel que esse tipo de formação pode desempenhar no sentido de ampliar as possibilidades de formação para populações tradicionalmente excluídas do acesso à educação e que costumam ter mais dificuldade de inserção no mercado de trabalho, com remuneração mais baixa - justamente por falta de qualificação.

Matrícula na EPT, por cor/raça, Brasil (2021)



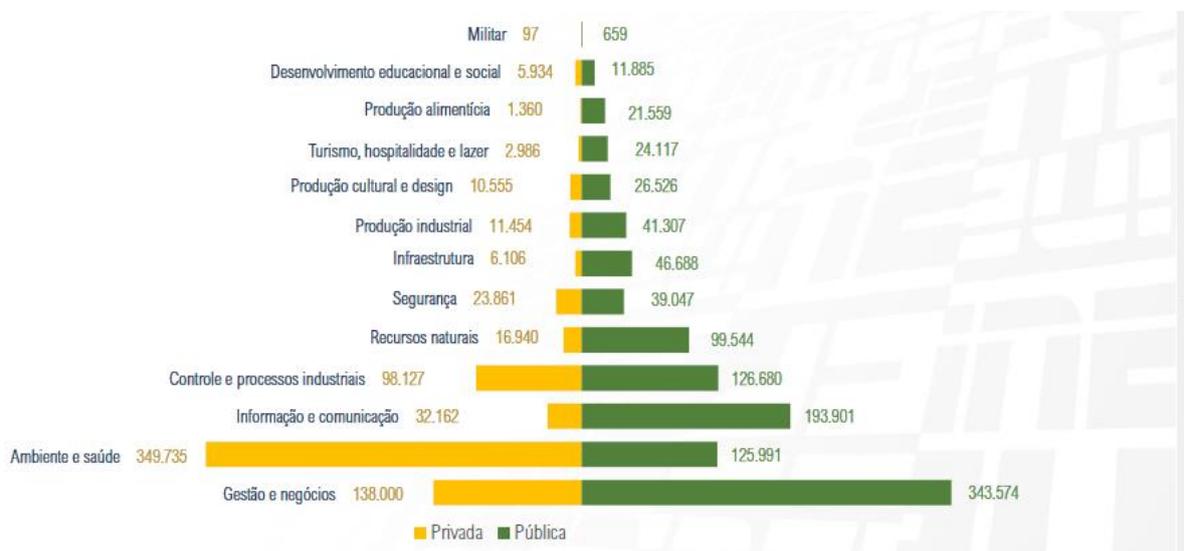
Fonte: Inep/MEC. Censo Escolar 2021.

Matrículas por eixo tecnológico

Os [cursos de EPT são organizados em 13 eixos tecnológicos](#) para viabilizar que o estudante consiga avançar e obter certificações de níveis diferentes dentro de uma mesma área e de acordo com o perfil profissional de conclusão reconhecido no mercado de trabalho.

Dentre as áreas, as que concentram maior número de matrículas são as de Gestão e Negócios e a de Ambiente e Saúde, segundo o Censo Escolar.

Matrícula na EPT técnica de nível médio por eixo tecnológico, segundo a rede de ensino, Brasil (2021)



Fonte: Inep/MEC. Censo Escolar 2021.

Experiências nos estados

Vários estados têm canalizado esforços para ampliar a oferta da modalidade, em iniciativas que envolvem a expansão da rede ou a implementação de iniciativas para tornar a modalidade mais atrativa. Além disso, a oferta de EPT assume diversos formatos, dependendo dos arranjos, possibilidades de parceria e características locais.

Vale conhecer essas ações, que podem render pautas com enfoque local ou regional.

No Ceará, por exemplo, a secretaria estadual da Educação mantém parceria com cerca de 6 mil empresas, com o objetivo de abrir campo de estágio para os estudantes, integrando teoria e prática.

O estágio é obrigatório no último semestre do terceiro ano do ensino médio integrado à educação profissional e garante a bolsa mensal de R\$ 388,16 por mês desde 2008. Professores fazem a mediação com as empresas.

A rede cearense de escolas de ensino médio integradas à EPT é composta por 123 escolas em mais de cem municípios, atendendo a cerca de 57 mil estudantes.

A implantação dos cursos se dá a partir da identificação das demandas e características da região em termos de arranjos produtivos locais e demanda de profissionais.

O Piauí é um exemplo de estado que tem canalizado investimentos para a ampliação da oferta de EPT de nível médio: é o primeiro estado que universalizou a oferta de educação profissional para os 224 municípios. Em 2000, havia oferta de EPT em três municípios.

O estado também é o que possui a maior proporção da população atendida na EPT - 1,4% dos 3 milhões de habitantes.

A Paraíba está ampliando a rede de ensino profissional em tempo integral, com uma iniciativa chamada Escola Cidadã Integral Técnica, um braço do programa Escola Cidadã Integral.

Das 302 escolas em tempo integral, 124 oferecem EPT, com cursos selecionados a partir do perfil socioeconômico da região. A proposta das escolas integrais é favorecer o protagonismo dos estudantes.

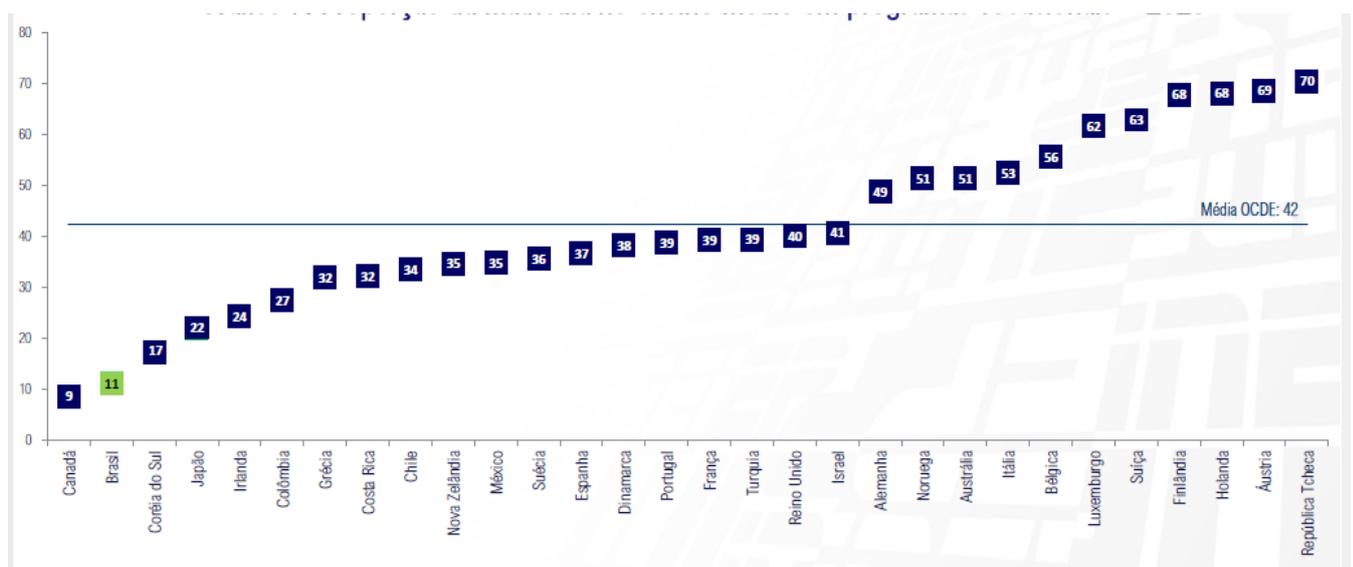
Brasil e o cenário internacional

No cenário internacional, o Brasil também possui uma proporção baixa de matrículas na modalidade, se comparado a outros países.

O relatório “Education at a Glance” 2021 da OCDE indica que o Brasil é o segundo país com menor número de estudantes de ensino médio matriculados em programas de EPT (atrás apenas do Canadá), entre 37 investigados.

Na média da OCDE, 42% das matrículas de nível secundário são em EPT.

Proporção da matrícula no ensino médio em programas vocacionais (2020)



Fonte: OCDE: Dados extraídos de OECD por Inep em 26/10/2022.

Na visão de um setor do debate educacional, o baixo número de matrículas em EPT coloca o país na contramão das demandas do mundo do trabalho no século 21, marcado pela crescente automação, uso da tecnologia e ritmo acelerado de mudanças.

Aumentar o acesso à educação profissional e oferecer uma formação pautada pelo desenvolvimento da capacidade de aprender e pela aprendizagem ao longo da vida é visto como estratégico para modificar esse cenário, impactando positivamente no desenvolvimento do país.

O financiamento da EPT

Uma das fontes de recursos para a EPT na educação básica é o Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) porque ela é um dos itinerários do Novo Ensino Médio.

O Fundeb é a principal fonte de financiamento da educação básica pública, que transfere entre estados e municípios recursos oriundos de sua arrecadação com um conjunto de impostos, a fim de assegurar patamares mínimos de investimento. Um dos mecanismos de distribuição dos recursos é o valor per capita por aluno, que varia segundo o nível de ensino e modalidade, entre outros critérios.

No caso da EPT, o [Fundeb prevê a dupla matrícula](#), ou seja, os estados e municípios recebem duas vezes o valor per capita pelas matrículas de estudantes do itinerário formativo profissional integrado ou concomitante ao ensino médio regular.

Assim como ocorre com outros níveis e modalidades, na EPT, o dinheiro do Fundeb pode ser usado para pagar salários de professores que atuam nesse itinerário e para insumos (equipamentos, laboratórios, materiais didáticos etc.). Além disso, pode ser usado para pagar matrículas em parcerias, salário de professores temporários, entre outras necessidades.

No âmbito do governo federal, existem os programas Mediotec e Novos Caminhos. O [Mediotec](#) é desenvolvido em conjunto com as redes estaduais e oferece cursos técnicos concomitantes para alunos matriculados no ensino médio regular em escolas públicas. O [Novos Caminhos](#) é voltado para a oferta de cursos a distância no ensino superior privado.

O MEC também é responsável pela rede de institutos federais que, assim como as universidades federais, vêm sofrendo com contingenciamento e corte de verbas durante o governo Bolsonaro.

A EPT de nível superior

Assim como ocorre na educação superior de maneira geral, nos cursos tecnológicos prevalecem as matrículas na EaD (Educação a Distância). Segundo o Censo da Educação Superior do Inep, 77% das 1.618.846 matrículas registradas em 2021, 77,5% são a distância.

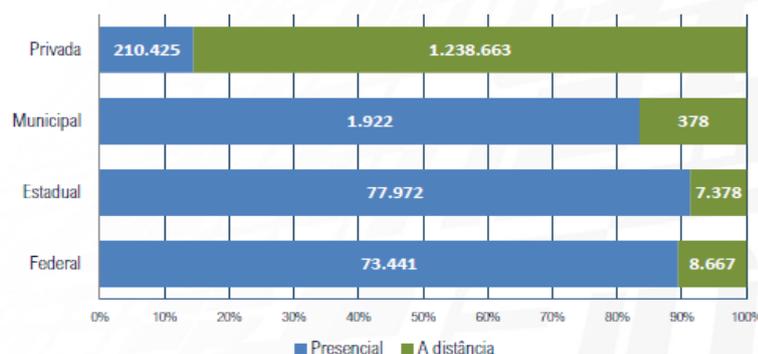
Evolução da matrícula, em cursos de graduação tecnológicos, por modalidade de ensino, Brasil (2011-2021)



Fonte: Inep/MEC. Censo Escolar 2021.

Além disso, também seguindo a tendência geral, a rede privada concentra a maioria do alunado, com 89,5% das matrículas, sobretudo na modalidade a distância.

Distribuição da matrícula, em cursos de graduação tecnológicos, por categoria administrativa, Brasil (2021)



Fonte: Inep/MEC. Censo Escolar 2021.

Considerando as instituições públicas e privadas, a área de Negócios, administração e direito detêm a maioria das matrículas, segundo o Censo da Educação Superior.

Distribuição da matrícula, em cursos de graduação tecnológicos, por área geral do curso, Brasil (2021)



Fonte: Inep/MEC. Censo Escolar 2021.

Se consideradas somente as instituições públicas, o curso com mais alunos é Sistemas da Informação (29.864 matrículas); nas particulares, é Gestão de Pessoas (198.812).

Por que precisamos falar mais sobre a EPT?

O [PNE \(Plano Nacional de Educação\)](#) estabelece que o número de matrículas na EPT deveria triplicar até 2024 na comparação com 2014. Isso significa que o país precisaria chegar a 2024 com cerca de 5 milhões de estudantes nessa modalidade na educação básica. No entanto, o [Censo Escolar 2021](#) computou 1.892.458 matrículas na EPT, o que é uma indicação de que esta meta não será atingida.

Uma pergunta que cabe (além do monitoramento do cumprimento da meta) é: por que é importante que o Brasil aumente as matrículas na EPT?

Direito à educação

Do ponto de vista do direito à educação, a [LDB \(Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional\)](#) estabelece no artigo 22 que cabe à educação básica promover o desenvolvimento integral das pessoas, o que abrange a formação para o exercício da cidadania e a oferta de meios para que elas possam progredir no trabalho ou nos estudos de nível superior.

Então, a formação para o trabalho faz parte do que se entende, no Brasil, como a formação que qualquer estudante tem direito de acessar.

Jovens têm interesse pela formação profissional

Algumas pesquisas recentes com jovens apontam que eles têm interesse na formação profissional de nível técnico.

Um exemplo é o [estudo](#) do Itaú Educação e Trabalho e Fundação Roberto Marinho que mostra que 75% dos adolescentes acham que a escola prepara “pouco” ou “nada” para o mundo do trabalho.

Em contrapartida, 90% deles “concordam totalmente” que é importante que a escola prepare para o trabalho e 78% “concordam totalmente” que a escola deve desenvolver habilidades com essa finalidade. Além disso, 66% “concordam totalmente” que se interessariam mais pelos estudos se a escola preparasse mais para o mercado de trabalho.

Foram ouvidos 1 mil adolescentes do 9º ano do ensino fundamental e do 1º ano do ensino médio de escolas públicas.

Outra [pesquisa](#) da CNI (Confederação Nacional da Indústria) analisou as percepções de jovens que cursam o Novo Ensino Médio e que frequentam o ensino médio tradicional. Entre outros pontos, o estudo sinaliza o interesse deles por formação profissional: 68% afirmaram ter “interesse” ou “muito interesse” em fazer um curso técnico/profissionalizante e 81% dizem querer fazer um curso de nível superior.

Participaram 2 mil estudantes das redes públicas de São Paulo, Mato Grosso do Sul e da rede Sesi (Serviço Social da Indústria).

Resultados de uma [pesquisa de opinião](#) sobre o Novo Ensino Médio do Todos pela Educação, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Natura e Instituto Sonho Grande reforçam a ideia que os estudantes valorizam a formação profissional na escola: 98% concordam total ou parcialmente que deveria haver opções de formação voltadas para o mercado de trabalho no ensino médio.

O estudo também mostra que 65% dos jovens querem fazer um curso superior e 22% têm a intenção de fazer um curso técnico depois de concluírem o ensino médio. No entanto, somente uma pequena parcela dos concluintes do ensino médio ingressam no ensino superior - cerca de 24% dos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados neste nível.

Foram ouvidos 7,7 mil jovens de todos os estados e do Distrito Federal. A amostra tem representatividade nacional.

O “funil” do acesso ao ensino superior

A cada grupo de 10 jovens que concluem o ensino médio, cerca de 2 ingressam na educação superior. Em 2019, foram [1,8 milhão de concluintes](#), aproximadamente, dos quais 85% da rede pública.

Análises recentes dão conta de que uma minoria dos jovens de 18 a 24 anos - faixa etária em que espera-se que o ensino médio já tenha sido concluído e que o jovem esteja fazendo uma formação de nível superior ou ingressado no mercado de trabalho (ou ambos) - chega ao ensino superior.

Segundo [cálculos do Inep](#) (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), cruzando dados do IBGE (Instituto Nacional de Geografia e Estatística) com o Censo Escolar e o Censo da Educação Superior: 42,1% dos jovens dessa faixa etária concluíram o ensino médio e não frequentam escola (19,7 milhões), enquanto 19,7% fazem um curso superior (9,2 milhões). Também chama a atenção que 19% dessa população não concluiu nem frequenta o ensino médio.

O relatório “Education at a Glance” 2021 da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) aponta que cerca de [36% dos jovens de 18 a 24 anos não estudam nem trabalham](#) - o segundo maior índice entre os 37 países analisados. Além disso, os jovens brasileiros estão entre os que permanecem mais tempo nessa condição: cerca de 50% deles ficam pelo menos 12 meses sem trabalhar e estudar.

O Mapa do Ensino Superior no Brasil 2022, publicado pelo Instituto Semesp, indica [queda do número de ingressantes de até 24 anos de 2019 a 2020](#): 13,9% nos cursos presenciais.

Esse conjunto de dados sinaliza para a importância de se buscar alternativas de capacitação e formação para os diferentes perfis de jovens brasileiros.

Jovens são mais afetados pelo desemprego

A taxa de desemprego na faixa etária de 18 a 24 anos ficou em 19,3% no segundo trimestre de 2022, segundo o [IBGE](#), enquanto a média geral foi de 9,3% no país.

Esse quadro decorre da ausência de políticas públicas capazes de intensificar a absorção dessa população no mundo do trabalho - o que não envolve necessariamente a criação de empregos, diante das novas configurações impostas pelo avanço tecnológico e automatização, alerta o [Atlas da Juventude](#).

A formação e a capacitação são vistas, portanto, como estratégicas para a ampliação das condições dos jovens se inserirem no mundo do trabalho.

Aumento da escolaridade e redução de desigualdades

Outro aspecto, na visão de especialistas, é o papel que a EPT pode desempenhar como abertura de possibilidades de futuro para os jovens brasileiros, fortalecendo a permanência e o vínculo do estudante com a escola, colaborando para o aumento da escolaridade da população.

[Em 2020, a escolaridade média da população de 18 a 29 anos era de 11,8 anos](#) - ou seja, ainda um pouco abaixo dos 12 anos de educação básica completa, de acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021.

Essa média esconde desigualdades raciais e socioeconômicas: há uma diferença de três anos de escolaridade quando se compara os 25% mais ricos (13,8 anos) e os 25% mais pobres (10,8 anos), considerando o mesmo grupo etário.

O recorte racial mostra que a distância do tempo de formação entre brancos e pretos é de 1,2 ano. Os brancos estudam em média 12,4 anos, enquanto os pretos, 11,2 anos.

Aproveitar o “bônus demográfico”

O Brasil é um dos países que está vivendo um [“bônus demográfico”](#), ou seja, a população jovem é maior do que a de idosos.

Durante duas décadas a população de 15 a 29 anos permaneceu na faixa de 50 milhões. A partir de 2021, este número começou a diminuir, mas o grupo continuará predominando no conjunto da população até o início da década de 2030 - quando a faixa etária de mais de 60 anos passará a ser mais numerosa que a dos jovens, segundo estimativas do IBGE.

Essa condição demográfica é vista como uma [oportunidade para acelerar o desenvolvimento](#), o que está relacionado à melhoria da educação ofertada e da aprendizagem para que os jovens possam se inserir no mundo do trabalho com mais qualificação, impactando positivamente a produção de riqueza.

Pontos de atenção e pautas

- Políticas e programas para expansão da oferta de nível federal e estadual. Acompanhar processos de implementação, características, financiamento.
- Recursos disponíveis e execução orçamentária da rede de institutos federais e de programas do MEC em parceria com estados e municípios.
- Ritmo e condições de implementação do itinerário FPE no Novo Ensino Médio.
- Qualidade da oferta da EPT no âmbito do Novo Ensino Médio (infraestrutura, professores em número suficiente etc.).
- Parcerias entre as redes públicas e empresas e organizações sociais para oferta de cursos profissionalizantes (como funcionam, tipo de formação oferecida e como ela se articula com o ensino médio regular).
- Articulação da EPT com o desenvolvimento local por meio da oferta de cursos em áreas/temas relevantes para a região.
- A EPT como possibilidade de inclusão de populações que excluídas do sistema escolar por meio da integração com a EJA
- A EPT como alternativa de continuidade de estudos e formação para jovens que não estudam, nem trabalham ou para aqueles que concluíram o ensino médio e não ingressam na educação superior.

Sugestões de fontes

- Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior):
<https://www.andifes.org.br/>
- ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação):
<https://anped.org.br/>
- Anfope (Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação):
<http://www.anfope.org.br/>
- Anpae (Associação Nacional de Política e Administração da Educação)
<https://anpae.org.br/website/>
- Conif (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica):
<http://www.conif.org.br/>
- Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação):
<https://www.consed.org.br/>
- Itaú Educação e Trabalho:
<https://www.itaueducacaoetrabalho.org.br/>
- Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica:
<http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica>
- Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão:
<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/>
- Observatório do Ensino Médio
<https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/>
- Observatório EPT:
<https://observatorioept.org.br/>
- Observatório EPT/Mapa da oferta (Brasil, estados e municípios):
<https://datastudio.google.com/u/0/reporting/ac0d8eeb-3fc0-49ae-bb6b-3f725e153833/page/VP4DC>
- Repu (Rede Escola Pública e Universidade):
<https://www.repu.com.br/>

- SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência):

<http://portal.sbpcnet.org.br/>

- Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial):

<https://www.senac.br/>

- Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial):

<https://www.sp.senai.br/>

- Ubes (União Brasileira dos Estudantes):

<https://ubes.org.br/>

Referências bibliográficas

Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca). **A educação profissionalizante no Novo Ensino Médio. Desafios e possibilidades:**

https://www.youtube.com/watch?v=2LbRujS5myo&ab_channel=Jeduca

Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca). **Minicurso Os desafios da implementação do Novo Ensino Médio:**

Aula 1:

https://www.youtube.com/watch?v=zeicJ1BRsto&list=PLgoBNkOUiDtvQrmZgKMoKSDoRYzLcakT&index=16&ab_channel=Jeduca

Aula 2:

https://www.youtube.com/watch?v=Sqq910oq_do&list=PLgoBNkOUiDtvQrmZgKMoKSDoRYzLcakT&index=17&ab_channel=Jeduca

Confederação Nacional da Indústria. **Novo ensino médio na visão dos estudantes:**

https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer_public/92/cb/92cbad14-4fdc-4137-9692-4af4a8f7504f/instituto_fsb_pesquisa_-_sesi_senai_-_novo_ensino_medio.pdf

Conselho Nacional da Juventude. **Atlas da Juventude:**

https://atlasdajuventudes.com.br/wp-content/uploads/2022/09/JuventudesPandemia3_Relato%CC%81rioNacional_20220923.pdf

Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio:**

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN32018.pdf

Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Profissional e Tecnológica:**

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192

Fundo de População das Nações Unidas. **Situação da População Mundial 2014:**
<https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/relat%C3%B3rio-do-unfpa-aponta-que-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial-de-18-bilh%C3%A3o-de-jovens-%C3%A9-chave-para-o>

Governo federal. **Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996):** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Governo federal. **Lei 11.741/2008 (Institucionalização da EPT):**
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art1

Governo federal. **Lei 11.892/2008 (Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica):**
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm

Governo federal. **Lei 14.113/2020 (Regulamentação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb):**
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14113.htm

Governo federal. **PNE (Plano Nacional de Educação):**
<http://pne.mec.gov.br/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Segundo trimestre de 2022:
<https://static.poder360.com.br/2022/08/desemprego-grupos-pand-2tri-12ago2022.pdf>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2021:**
<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados/2021>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2021:** <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>

Instituto Semesp. **Mapa do Ensino Superior 11ª edição/2021 - Capítulo especial:**
<https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-11/capitulo-especial/>

Instituto Semesp. **Mapa do Ensino Superior 12ª edição/2022:**
<https://www.semesp.org.br/mapa/>

Itaú Educação e Trabalho. **O que pensam os jovens sobre o ensino técnico? 1.ª parte - pesquisa quantitativa:** <https://observatorioept.org.br/conteudos/o-que-pensam-os-jovens-sobre-o-ensino-tecnico>

Itaú Educação e Trabalho. **Guia Financiamento da Educação:**

<https://observatorioept.org.br/conteudos/financiamento-da-educacao>

Ministério da Educação. **Itinerário da Formação Técnica e Profissional (FTP) - Guia de implementação:**

https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/Guia_FTP_2021_VF4_final5.pdf

Pacheco, Eliezer. **Os institutos federais - Uma revolução na educação profissional e tecnológica:**

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf

Todos pela Educação. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021:**

<https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/escolaridade.html>

Todos pela Educação, Fundação Vivo Telefônica, Instituto Natura e Instituto Sonho Grande. **Pesquisa de opinião com jovens do ensino médio:**

<https://fundacaotelefonicavivo.org.br/acervo/pesquisa-ensino-medio/>